

STJ00096345

# **DIREITO ELEITORAL** **BRASILEIRO**

MÁRLON REIS

Colaboradores:  
Sérgio Ferradoza e Delvan Tavares

**A**  
**ALUMNUS**

2012

Reis, Márton

Direito Eleitoral Brasileiro. Brasília : Alumnus, 2012.

464 p.; 15,6x22,8cm

ISBN 978-85-65295-06-2

I. Direito Eleitoral. 1. Brasil. I. Título.

CDU 340

© 2012, Alumnus, uma editora do grupo LeYa.

**Produção Editorial:** Maria Neves

**Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica e Revisão:** M&B Serviços Editoriais

**Capa: (Projeto gráfico, criação e ilustração):** Fernando Chamarelli

[www.alumnus.leya.com.br](http://www.alumnus.leya.com.br)

939418

# Sumário

---

<b>CAPÍTULO 1 – CAMINHOS DO DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO</b> .....	29
I – PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES .....	29
II – O SURGIMENTO E A EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ELEITORAIS BRASILEIRAS.....	31
1. Fase I – O sistema de verificação de poderes.....	31
2. Fase II – O sistema judicial .....	37
III – EXCLUSÃO E ABUSO DO PODER ECONÔMICO E POLÍTICO .....	38
IV – MOBILIZAÇÃO E CONQUISTA DA LEI Nº 9.840/1999, DE INICIATIVA POPULAR.....	42
V – A CONQUISTA DA LEI DA FICHA LIMPA .....	55
<b>CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO ELEITORAL</b> .....	61
I – PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO.....	61
1. Teorias tradicionais sobre a democracia.....	61
2. Dahl e a poliarquia .....	62
3. Schumpeter: democracia e <i>modus procedendi</i> .....	64
4. Democracia representativa (indireta) e democracia direta .....	67
5. Iniciativa popular .....	70
5.1 Origem.....	70
5.2 A natureza da iniciativa popular.....	71
5.3 Sentido e essência.....	72
5.4 Manifestação do soberano ou de fração do povo? .....	73
5.5 Iniciativa popular no ordenamento jurídico.....	73
5.6 Iniciativa popular e filtro garantista .....	76
5.7 Leis de iniciativa popular em vigor no Brasil .....	76
6. Democracia e liberdade de opção eleitoral.....	78
7. Democracia e princípio do pluralismo político .....	79
II – PRINCÍPIO REPUBLICANO.....	84

III – PRINCÍPIO DA IGUALDADE (ISONOMIA) .....	86
1. Igualdade e gênero.....	86
2. Igualdade e origem geográfica .....	88
3. Princípio do sufrágio universal .....	90
IV – PRINCÍPIO DO VOTO DIRETO E SECRETO .....	92
V – PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO.....	94
VI – PARTICIPAÇÃO POPULAR OU ACESSO DEMOCRÁTICO .....	94
VII – PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO .....	98
VIII – PRINCÍPIO DA ANUALIDADE OU DA ANTERIORIDADE ANUAL...	106

### **CAPÍTULO 3 – A JUSTIÇA E O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAIS.....111**

I – PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES .....	111
II – ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL .....	112
1. Órgãos da Justiça Eleitoral .....	112
2. Composição do Tribunal Superior Eleitoral .....	113
3. Composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	113
4. Sobre o voto secreto na escolha dos membros de Tribunais Eleitorais ..	113
5. Duração da investidura .....	115
6. Os advogados nos Tribunais Eleitorais .....	116
7. Órgãos diretivos dos Tribunais Eleitorais .....	120
8. Competências do Tribunal Superior Eleitoral .....	121
9. Competência em matéria jurisdicional .....	122
10. Competência em matéria administrativa .....	123
11. Tribunais Regionais Eleitorais .....	124
12. Juntas Eleitorais .....	127
13. Juízes Eleitorais .....	129
14. Poder de polícia eleitoral .....	131
III – O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL .....	133

### **CAPÍTULO 4 – PROCESSO ADMINISTRATIVO ELEITORAL.....137**

I – ALISTAMENTO ELEITORAL.....	138
--------------------------------	-----

1. Aspectos iniciais .....	138
2. Recursos do deferimento ou indeferimento da transferência eleitoral...	143
3. Da quitação eleitoral na transferência .....	144
4. Alistamento obrigatório, facultativo e vedado .....	144
5. Cancelamento da inscrição eleitoral.....	144
6. Recursos.....	146
7. Falta no trabalho para registro ou transferência de título de eleitor .....	147
8. Encerramento do alistamento ou da transferência.....	147
9. Fraude no alistamento .....	147
10. Delegado do partido .....	148
11. Quantidade de delegados perante o Juízo Eleitoral .....	148
12. Representatividade dos delegados credenciados.....	148
13. Função dos delegados cadastrados no alistamento.....	149
II – FILIAÇÃO PARTIDÁRIA .....	149
1. Quanto ao eleitor.....	149
2. Filiação, mandato e fidelidade partidária.....	152
III – DOMICÍLIO ELEITORAL.....	156
IV – AS CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS .....	159
1. As convenções partidárias .....	159
2. Detentores de mandato de Deputado Federal, Estadual, Distrital ou Vereador .....	161
3. Do local das convenções .....	162
4. Da propaganda das convenções partidárias .....	162
5. Das formas de convenções partidárias .....	162
V – REGISTRO DAS CANDIDATURAS .....	163
1. O registro dos candidatos.....	163
2. Publicidade da documentação .....	164
3. Filiação .....	165
4. Declaração de bens .....	167
5. Quitação de débitos eleitorais e rejeição de contas de campanha .....	167
6. Certidões de objeto e pé .....	168
7. Propostas dos candidatos a mandatos no Executivo.....	168
8. Competência para o registro.....	168
9. O registro das chapas .....	169
10. Definição dos candidatos a serem registrados por partido ou coligação ..	169
10.1 Para o cargo de Vereador.....	169
10.2 Quantidade de candidatos por vaga .....	170
10.3 Representação proporcional.....	170
10.4 Eleições para Vereador.....	171

10.5	Quantidade de candidatos a Deputado Estadual.....	173
10.6	Quantidade de candidatos a serem lançados segundo o âmbito do pleito .....	174
10.7	Estados com mais de 20 parlamentares na Câmara dos Deputados....	175
10.8.	Quantidade de vagas para Deputado Federal .....	175
10.9	Quantidade de candidatos à Câmara Federal .....	176
11.	Não preenchimento das vagas na convenção .....	177
VI -	PROPAGANDA ELEITORAL.....	177
1.	Aspectos gerais.....	177
2.	O tempo da propaganda.....	178
2.1	Propaganda antecipada .....	178
2.2	Propaganda pré-eleitoral.....	179
2.3	Propaganda intrapartidária .....	180
2.4	Propaganda eleitoral .....	180
3.	Quanto à licitude da propaganda.....	181
3.1	Propaganda eleitoral lícita .....	181
3.2	Propaganda eleitoral ilícita .....	182
3.2.1	Infrações administrativas .....	182
3.2.2	Propaganda criminoso .....	184
4.	A propaganda no rádio e na televisão .....	184
5.	A propaganda na internet .....	187
5.1.	A chegada da inovação .....	187
5.2	O desenvolvimento das normas.....	188
5.3	A propaganda eleitoral no <i>Twitter</i> e nas redes sociais.....	189
6.	Direito de resposta .....	191
VII -	VOTAÇÃO .....	194
1.	O voto.....	194
2.	O sufrágio universal .....	195
3.	Voto obrigatório.....	195
4.	Atos preparatórios.....	196
5.	Garantias eleitorais.....	196
5.1	Imunidade provisória .....	196
5.2	Proteção contra abusos.....	197
5.3	Portadores de necessidades especiais .....	198
5.4	O voto do preso .....	199
VIII -	APURAÇÃO .....	200
IX -	PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS .....	202
X -	A PRESTAÇÃO DE CONTAS .....	203

1. Aspectos gerais.....	203
2. O modelo atual de financiamento de campanhas.....	203
2.1 O fundo partidário.....	204
2.2 Uso de recursos pessoais do candidato.....	205
2.3 Doação por pessoas jurídicas.....	205
2.4 Doação por pessoas físicas.....	207
2.5 A administração das contas de campanha.....	208
2.5.1 Responsáveis: comitês financeiros e candidatos.....	208
2.5.2 Conta bancária específica.....	209
2.6 Despesas não contabilizadas de campanha.....	209
2.7 O início da arrecadação.....	210
2.8 A forma da arrecadação.....	210
3. Legitimidade para a prestação de contas.....	211
4. O tempo da prestação de contas.....	211
5. Restos a pagar e sobras de campanha.....	213
6. O julgamento da prestação de contas.....	213
7. A rede institucional de monitoramento dos pleitos.....	214
 XI – DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS.....	 215

## **CAPÍTULO 5 – CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E INELEGIBILIDADES .....221**

I – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	221
II – CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	222
1. Nacionalidade brasileira.....	223
2. Pleno exercício dos direitos políticos.....	225
2.1 Cassação, perda e suspensão dos direitos políticos.....	225
2.2 Hipóteses de perda ou suspensão.....	225
2.2.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.....	226
2.2.2 Incapacidade civil absoluta.....	226
2.2.3 Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.....	227
2.2.3.1 Aspectos gerais.....	227
2.2.3.2 Correntes teóricas.....	227
2.2.3.3 Composição civil e transação penal.....	231
2.2.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.....	232
2.2.5 Improbidade administrativa.....	232
3. Alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição e filiação partidária.....	233
4. Limites etários mínimos.....	234

III – INELEGIBILIDADES.....	235
1. Considerações iniciais.....	235
1.1 Conceito.....	235
1.2 Inelegibilidade, condição, sanção.....	239
2. Inelegibilidades em espécie.....	242
2.1 Inelegibilidades constitucionais.....	242
2.1.1 Inalistabilidade.....	242
2.1.2 Analfabetismo.....	243
2.1.2.1 Considerações gerais.....	243
2.1.2.2 Teste de alfabetização.....	243
2.1.2.3 Estrangeiros, índios e língua portuguesa.....	245
2.1.3 Limitação à reelegibilidade.....	246
2.1.5 Inelegibilidade de cônjuges e parentes.....	249
2.2 Inelegibilidades infraconstitucionais.....	251
2.2.1 Considerações preliminares.....	251
2.2.2 Perda do mandato parlamentar.....	251
2.2.3 Perda do mandato de Chefe do Executivo.....	253
2.2.4 Abuso de poder econômico ou político.....	253
2.2.4.1 Aspectos gerais.....	253
2.2.4.2 Representação.....	254
2.2.4.3 Abuso de poder econômico.....	257
2.2.4.4 Abuso de poder político ou de autoridade.....	258
2.2.4.5 Da potencialidade à gravidade das circunstâncias.....	259
2.2.4.6 Aplicação aos derrotados no pleito eleitoral.....	261
2.2.4.7 Período de verificação.....	261
2.2.5 Condenação criminal.....	261
2.2.5.1 Considerações preliminares.....	261
2.2.5.2 Critérios adotados.....	263
2.2.5.3 Órgão colegiado.....	264
2.2.5.4 Condenação penal e prescrição.....	264
2.2.5.5 Crimes contra a ordem tributária.....	266
2.2.6 Indignidade para o oficialato.....	266
2.2.7 Rejeição de contas públicas.....	267
2.2.7.1 Aspectos gerais.....	267
2.2.7.2 Mandatários que atuaram como ordenadores de despesa.....	268
2.2.7.3 Órgão competente.....	269
2.2.7.4 Irregularidade insanável por ato doloso de improbidade administrativa.....	270
2.2.7.5 O que são vícios sanáveis.....	276
2.2.7.6 Ato de improbidade administrativa.....	277
2.2.7.7 Revisão judicial da rejeição de contas.....	277
2.2.8 Dirigentes de instituições em fase de liquidação.....	278



2.2.9 Condenações em matéria eleitoral.....	279
2.2.10 Renúncia.....	279
2.2.11 Improbidade administrativa.....	281
2.2.12 Expulsos do exercício de profissão regulamentada.....	282
2.2.13 Simulação de desfazimento de vínculo conjugal.....	283
2.2.14 Servidores demitidos.....	283
2.2.15 Realizadores de doações ilícitas.....	284
2.2.16 Magistrados e membros do Ministério Público aposentados compulsoriamente.....	284
III – INCOMPATIBILIDADES.....	285
IV – A SUSPENSÃO DA INELEGIBILIDADE.....	290
<b>CAPÍTULO 6 – CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO E CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS.....</b>	<b>339</b>
I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	339
II – CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO.....	340
1. Definições.....	340
2. Captação ilícita de sufrágio por meio da compra de votos.....	340
2.1 Conceito.....	340
2.2 Caracterização.....	346
2.3 Classificação.....	352
2.4 Compra da abstenção.....	354
2.5 Compra de votos indireta.....	354
3. Captação ilícita de sufrágio por meio da coação.....	357
3.1 Inserção no ordenamento jurídico.....	357
3.2 Violência ou grave ameaça.....	357
3.2.1 Violência.....	358
3.2.2 Grave ameaça.....	358
3.3 Verbalização da ameaça.....	359
3.3 Abstenção.....	359
4. Participação direta ou indireta do candidato.....	360
5. A caracterização do dolo.....	364
6. A finalidade eleitoral.....	365
7. Identificação do eleitor.....	368
8. Influência no resultado da votação (desnecessidade).....	370
9. Período de caracterização.....	372
10. Captação ilegal de sufrágio e propaganda.....	375

III – CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS.....	376
1. Considerações preliminares.....	376
2. O art. 73 da Lei das Eleições.....	377
2.1 Aspectos gerais.....	377
2.2 Hipóteses de vedação de conduta.....	377
2.2.1 Cessão de bens públicos.....	377
2.2.2 Excesso no uso de materiais e serviços.....	379
2.2.3 Cessão de servidor para campanha.....	380
2.2.4 Uso promocional de bens e serviços de caráter social.....	381
2.2.5 Abuso no preenchimento de cargos e funções públicos.....	382
2.2.6 Vedação à transferência voluntária, propaganda institucional e pronunciamento em cadeia de rádio e televisão.....	383
2.2.7 Aumento de gastos com propaganda institucional.....	385
2.2.8 Revisão geral da remuneração dos servidores.....	386
2.3 A proporcionalidade e a aplicação das sanções.....	386
2.4 Improbidade administrativa e condutas vedadas.....	387
2.5 Finalidade eleitoral do ato.....	387
2.6 Desnecessidade de verificação do potencial impacto no resultado.....	387
3. Abuso de poder na publicidade institucional.....	388
4. Vedação de <i>shows</i> em inaugurações.....	389
5. Ressarcimento de despesas de deslocamento do presidente em campanha.....	389
6. Participação de candidatos em inaugurações.....	390
7. Constitucionalidade da cassação do registro ou do diploma.....	390

## **CAPÍTULO 7 – AÇÕES E REPRESENTAÇÕES ELEITORAIS.....401**

I – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO.....	401
1. Aspectos iniciais.....	401
2. Rito.....	401
3. Execução imediata.....	403
4. Hipóteses de cabimento.....	404
4.1 Abuso de Poder Econômico.....	405
4.2 Corrupção eleitoral.....	406
4.3 Condutas vedadas e abuso de poder político.....	409
4.4 Fraude.....	411
5. Influência no resultado da eleição.....	412
II – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA.....	415
1. Aspectos iniciais.....	415
2. Legitimidade.....	415
3. Relevância.....	416

4. Preclusão.....	417
5. Rito .....	418
6. Fim do efeito suspensivo automático .....	419
III – INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL.....	421
1. Cabimento.....	421
2. Competência .....	422
3. Legitimidade.....	422
4. Tempo da propositura .....	423
5. Rito .....	423
6. Inovação substancial .....	424
7. Litispendência e coisa julgada .....	425
IV – CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO E CONDUTAS VEDADAS – VEÍCULOS PROCESSUAIS .....	426
1. Legitimidade.....	426
1.1 Legitimação ativa .....	426
1.2 Legitimação passiva .....	426
2. Capacidade postulatória .....	428
3. Veículos processuais .....	428
3.1 Para a Apuração da captação de sufrágio vedada por lei .....	428
3.1.1 Representação com o rito previsto no art. 22, I a XIII, da LC nº 64/1990 .....	428
3.1.2 Recurso Contra a Expedição de Diploma (RCED).....	429
3.1.3 Ação de impugnação de mandato eletivo .....	429
3.2 Para a apuração das condutas vedadas aos agentes públicos.....	429
3.3 Para a apuração conjunta de infrações a dispositivos distintos .....	430
4. Sucessão preclusiva das instâncias eleitorais .....	430
4.1 Preclusão <i>pro judicato</i> no Direito Eleitoral.....	430
4.2 Fundamentos da medida .....	431
4.3 Inexistência de ofensa ao princípio do juiz natural .....	432
4.4 Como promover a sucessão preclusiva.....	433
4.5 Precedentes .....	433
4.6 Hipóteses de cabimento.....	434
4.7 Aplicação à captação ilícita de sufrágio .....	435
5. Necessidade de nova eleição .....	436
6. Execução imediata do julgado .....	438
V – RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA.....	440
1. Aspectos iniciais .....	440
2. Legitimidade ativa .....	442
3. Legitimidade passiva.....	442
4. Prazo.....	443

5. Competência .....	443
6. Provas.....	444

**CAPÍTULO 8 – REFORMA POLÍTICA.....445**

**I – A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER.....445**

1. Situação do problema .....	445
2. Tratamento atual do tema.....	446
3. Necessidade de uma política afirmativa .....	448
4. A reserva de 30 por cento das cadeiras parlamentares.....	449

**II – LISTAS PARTIDÁRIAS DE CANDIDATOS.....450**

1. Primeiras considerações .....	450
2. As listas abertas.....	450
2.1 Argumentos favoráveis .....	451
2.2 Argumentos desfavoráveis .....	451
3. As listas fechadas .....	452
3.1 Argumentos favoráveis .....	452
3.2 Argumentos desfavoráveis .....	453
4. O voto distrital.....	453
4.1 Argumentos favoráveis.....	454
4.2 Argumentos desfavoráveis.....	454

**III – FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS.....455**

1. Para iniciar .....	455
2. Financiamento privado .....	455
2.1 Argumentos favoráveis.....	456
2.2 Argumentos contrários .....	456
3. Financiamento público.....	457

**BIBLIOGRAFIA.....459**